



UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ▶ Noções de Sustentabilidade
- ▶ Noções de Legislação
- ▶ Inglês e Espanhol
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 001/2026/DDP



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Analista de Tecnologia da Informação

EDITAL Nº 001/2026/DDP

CÓD: SL-029FV-26
7908433291183

Noções de Sustentabilidade

1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos e fundamentos; ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável).....	7
2. Práticas ambientais, sociais e de governança (ESG - environmental, social, governance).....	12
3. Economia circular.....	17
4. Gestão de resíduos sólidos	18
5. Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e seus seis eixos temáticos.....	18

Noções de Legislação

1. Constituição Federal, Arts. 37 a 41 (Da Administração Pública e Dos Servidores Públicos)	29
2. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais)	35
3. Lei nº 9.784/99 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal).....	60
4. Lei nº 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação)	66
5. Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética)	72
6. Estatuto da UFSC.....	74
7. Regimento Geral daUFSC	85

Inglês e Espanhol

1. Leitura e Interpretação De Texto; Conhecimentos De Gramática De Língua Inglesa	103
2. Leitura e Interpretação De Texto; Conhecimentos De Gramática De Língua Espanhola.....	109

Conhecimentos Específicos Analista de Tecnologia da Informação

1. Governança de tecnologia da informação	121
2. Noções da contratação de bens e serviços de TIC IN SGD/ME no 01/2019 e IN SED/ME no 73/2020.....	127
3. Redes de comunicação. Arquitetura e protocolos de redes de comunicação de dados (modelo de referência OSI). Redes sem fio (wireless). Conhecimentos em elementos de interconexão de redes de computadores (gateways, repetidores, bridges, switches, roteadores). Redes locais virtuais (IEEE 802.1Q). Protocolos TCP/IP e ICMP. Técnicas de roteamento de pacotes de dados (rotas estáticas e protocolos de roteamento dinâmico OSPF e BGP). Serviços e Protocolos: DNS, DHCP, HTTP(S), SMTP e SNMP. Cabeamento: par trançado, fibra óptica e módulos de conexão (GBIC/SFP)	131
4. Segurança da informação. Vulnerabilidades e ataques a sistemas computacionais. Algoritmos de criptografia simétricos e assimétricos e suas aplicações. Assinatura e certificação digital. Noções básicas de firewall (IPTABLES)	140
5. Lógica de programação. Construção de algoritmos. Tipos de dados simples e estruturados. Variáveis e constantes. Comandos de atribuição, entrada e saída. Estruturas de controle, seleção, repetição e desvio. Operadores e expressões. Passagem de parâmetros por cópia e referência. Recursividade. Noções de programação estruturada. Expressões regulares	145
6. Engenharia de software e orientação a objetos. Conceitos básicos de Engenharia de Software	147
7. Noções de metodologias e técnicas ágeis (Scrum). Padrões de Projeto de Software (Design Patterns). conceitos, modelos e diagramas.....	148

ÍNDICE

8. Conceitos de classes, objetos, métodos, sobrecarga, herança, polimorfismo, interfaces e pacotes.....	150
9. Linguagens e tecnologias de programação. Linguagens de programação Python e PHP	150
10. Noções de Web Services e REST	156
11. Noções de servidores Web (Apache e Nginx) e de aplicações.....	158
12. Servidores de mensageria, objetos (S3 e Minio) e cache (Redis).....	161
13. Ferramenta de versionamento GIT	163
14. Sistemas operacionais e infraestrutura. Gerenciamento de arquivos e sistemas de arquivos	165
15. Comandos básicos do Ubuntu Linux. Scripts (bash). Gerenciamento de processos e memória. Noções de virtualização, contêineres (Docker) e orquestração (Swarm e Docker Compose)	166
16. Administração de dados. Modelo de Entidade-Relacionamento (MER). Modelo conceitual, lógico e físico. Conceitos de banco de dados: esquema, tabelas, campos, registros, índices, relacionamentos, transação, tipos de bancos de dados. Normalização de dados: conceitos, primeira, segunda e terceira formas normais. Noção e interpretação de comandos SQL.....	172

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS; ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma iniciativa global ambiciosa e vital para o futuro do planeta. Propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os ODS são uma agenda universal que busca erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que todas as pessoas vivam em paz e prosperidade até 2030. Esses objetivos foram estabelecidos como uma continuação e expansão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que, entre 2000 e 2015, mobilizaram esforços globais para combater questões como a pobreza extrema e a fome.

A adoção dos ODS sinalizou um novo capítulo no compromisso global com o desenvolvimento sustentável. Ao contrário dos ODM, que eram focados em países em desenvolvimento, os ODS são universais e aplicáveis a todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Eles foram elaborados com o entendimento de que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem integrada que leve em conta o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, de maneira equilibrada e interconectada.

A Agenda 2030, que engloba os ODS, reflete um consenso mundial sobre a necessidade de ações urgentes e coordenadas para enfrentar os desafios globais. Questões como as mudanças climáticas, as desigualdades sociais, a degradação ambiental e as crises econômicas são interdependentes e requerem soluções colaborativas e inovadoras. Os ODS, portanto, não apenas definem objetivos específicos, mas também apontam para a importância da cooperação internacional e da responsabilidade compartilhada.

Diante desse contexto, compreender os ODS é fundamental para qualquer discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Eles não apenas estabelecem metas para governos e instituições, mas também mobilizam cidadãos, empresas e organizações em todo o mundo. A implementação bem-sucedida dos ODS depende de um esforço coletivo que transcende fronteiras e setores, promovendo um mundo mais justo, próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

O QUE SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos globais, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o propósito de guiar as ações internacionais rumo a um futuro mais justo, equitativo e sustentável até 2030.

Esses objetivos fazem parte da Agenda 2030, um plano de ação abrangente que busca erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade para todos, sem deixar ninguém para trás.

► Definição e Características dos ODS

Os ODS foram concebidos como um guia para o desenvolvimento global, abordando questões críticas em áreas como pobreza, desigualdade, saúde, educação, mudança climática, paz e justiça.

Ao todo, os 17 objetivos são subdivididos em 169 metas específicas e monitorados por um conjunto de indicadores para avaliar o progresso ao longo do tempo. Os ODS são universais, aplicando-se a todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico, e reconhecem a interdependência entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Uma característica distintiva dos ODS é a sua abordagem integradora e multidisciplinar. Ao contrário de abordagens anteriores, que muitas vezes tratavam as questões de forma isolada, os ODS reconhecem que desafios como pobreza, desigualdade de gênero, acesso à educação de qualidade e proteção ambiental estão intrinsecamente interligados. Isso exige que as soluções sejam igualmente interconectadas e que abordagens setoriais sejam coordenadas para alcançar impactos positivos duradouros.

► Comparação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Os ODS sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram implementados entre 2000 e 2015. Embora ambos os conjuntos de objetivos compartilhem a meta de melhorar a qualidade de vida global, existem diferenças significativas entre eles. Os ODM eram compostos por 8 objetivos focados principalmente nos países em desenvolvimento, abordando questões como redução da pobreza extrema, melhoria na educação e saúde materno-infantil, e combate a doenças.

Em contraste, os ODS são mais amplos em escopo e abrangência. Eles não apenas ampliam os temas dos ODM para incluir questões como desigualdade, crescimento econômico sustentável e ação climática, mas também se aplicam a todos os países, independentemente de seu status de desenvolvimento. Além disso, os ODS enfatizam a importância da sustentabilidade e da

inclusão social, destacando a necessidade de desenvolvimento econômico que respeite os limites planetários e promova a equidade.

► Estrutura dos ODS

Cada um dos 17 ODS está associado a metas específicas que detalham os passos necessários para alcançar os objetivos gerais. Essas metas são acompanhadas por indicadores mensuráveis, que permitem monitorar o progresso e identificar áreas que requerem maior atenção. Por exemplo, o ODS 1, que busca “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, inclui metas como erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas e garantir que todos tenham direitos iguais aos recursos econômicos.

Os ODS cobrem uma ampla gama de questões, desde a erradicação da fome (ODS 2) e a promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), até a garantia de acesso à educação de qualidade (ODS 4) e a promoção de ações urgentes para combater as mudanças climáticas (ODS 13). Esses objetivos não são pensados para ser alcançados de forma isolada; ao contrário, são projetados para serem complementares, reforçando-se mutuamente para alcançar um impacto global positivo.

Em resumo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam uma estrutura global abrangente para enfrentar os desafios mais urgentes do mundo contemporâneo. Eles são um chamado à ação para todos os países, governos, empresas e indivíduos, promovendo a ideia de que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado por meio da cooperação e do esforço coletivo.

PRINCIPAIS ODS E SUAS ÁREAS DE FOCO

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU abrangem uma ampla gama de questões cruciais para o desenvolvimento global. Cada um desses objetivos foca em áreas específicas, mas todos estão interconectados, refletindo a complexidade e a interdependência dos desafios globais. A seguir, exploraremos os principais ODS e suas áreas de foco, destacando suas metas e o impacto esperado.

► ODS 1: Erradicação da Pobreza

- **Objetivo:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- **Áreas de Foco:** Redução da pobreza extrema, acesso a recursos econômicos, serviços básicos, e proteção social.
- **Importância:** A pobreza extrema, definida como viver com menos de US\$ 1,90 por dia, afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Erradicá-la é fundamental para garantir uma vida digna e oportunidades de progresso para todos.

► ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

- **Objetivo:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal a alimentos nutritivos, práticas agrícolas sustentáveis, e resiliência a eventos climáticos extremos.

- **Importância:** A fome e a má nutrição afetam a saúde e o desenvolvimento de milhões de pessoas. Garantir segurança alimentar é essencial para o desenvolvimento humano e a estabilidade global.

► ODS 3: Saúde e Bem-Estar

- **Objetivo:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- **Áreas de Foco:** Redução da mortalidade materna e infantil, combate a doenças transmissíveis e não transmissíveis, e acesso a serviços de saúde de qualidade.
- **Importância:** A saúde é um direito humano fundamental. Melhorar o acesso à saúde e ao bem-estar contribui diretamente para a produtividade e o crescimento econômico.

► ODS 4: Educação de Qualidade

- **Objetivo:** Garantir o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal à educação primária e secundária, eliminação das disparidades de gênero na educação, e melhoria da qualidade do ensino.
- **Importância:** A educação é a base para o desenvolvimento sustentável. Ela capacita indivíduos, promove a igualdade e fomenta o crescimento econômico.

► ODS 5: Igualdade de Gênero

- **Objetivo:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **Áreas de Foco:** Eliminação da discriminação e violência contra mulheres, garantia de participação plena e igualitária em todos os níveis de decisão, e igualdade de oportunidades econômicas.
- **Importância:** A igualdade de gênero é não apenas um direito humano fundamental, mas também um dos pilares para alcançar outros ODS, como a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento econômico.

► ODS 6: Água Potável e Saneamento

- **Objetivo:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal a água potável segura e acessível, tratamento e reutilização segura de águas residuais, e gestão integrada dos recursos hídricos.
- **Importância:** O acesso à água potável e ao saneamento é essencial para a saúde pública, a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico.

► ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima

- **Objetivo:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- **Áreas de Foco:** Redução das emissões de gases de efeito estufa, fortalecimento da resiliência e capacidade de adaptação a desastres relacionados ao clima, e integração das medidas de mudança climática nas políticas nacionais.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 37 A 41 (DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS SERVIDORES PÚBLICOS)

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

INGLÊS E ESPANHOL

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO; CONHECIMENTOS DE GRAMÁTICA DE LÍNGUA INGLESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

- A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.
- O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.
- A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

- O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:
- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.
- Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

▪ Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

▪ O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

▪ Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

▪ O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

▪ Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

- As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.
- A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:
- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.

▪ **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.

▪ **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.

▪ **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

▪ Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

▪ A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

▪ Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

▪ Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

▪ A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

▪ Existem diferentes formas de intertextualidade:

▪ **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.

▪ **Alusão (allusion):** uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão “to be or not to be” remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.

▪ **Paródia e pastiche:** quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.

▪ **Interdiscursividade:** quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

▪ A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

▪ Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

▪ O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

▪ A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

▪ Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

CONHECIMENTOS DE GRAMÁTICA DE LÍNGUA INGLESA

Dentre os muitos tópicos gramaticais da língua inglesa, alguns se fazem primordiais para a compreensão textual e a contextualização da comunicação no idioma. Os tempos verbais são as principais gramáticas a serem estudadas para uma melhor compreensão do idioma por completo. Ao realizar a interpretação de um texto, deve-se levar o tempo verbal em consideração para que se possa contextualizar o momento ao qual a fala se refere. Confira a seguir.

► Simple present

O *simple present* ou o presente simples é marcado por dois verbos auxiliares específicos DO e DOES. A conjugação verbal no tempo presente da língua inglesa é simples e se divide entre grupos de sujeitos. No infinitivo, ou seja, quando terminados em “ar”, “er”, “ir” no português, o verbo leva “to” em inglês, veja a seguir.

▪ Comer – **to eat**

▪ Beber – **to drink**

▪ Andar – **to walk**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Governança de Tecnologia da Informação (TI) é um conjunto de práticas, estruturas e processos que orientam e controlam a forma como os recursos de TI são utilizados nas organizações para apoiar seus objetivos estratégicos.

Em um contexto em que a tecnologia exerce papel central nos processos de negócios e na criação de valor, a governança de TI surge como uma disciplina fundamental para garantir que as decisões e investimentos em tecnologia estejam alinhados com a estratégia organizacional e sejam geridos de forma eficiente e segura.

Na prática, a governança de TI busca proporcionar uma visão de controle e supervisão sobre os processos e recursos de tecnologia, promovendo a criação de valor, a mitigação de riscos, a conformidade regulatória e a sustentabilidade de longo prazo das soluções de TI.

Em tempos de transformação digital, a necessidade de governança torna-se ainda mais evidente, pois permite que a TI não seja apenas um suporte operacional, mas também um diferencial competitivo e um motor de inovação.

► Objetivos e Importância da Governança de TI

Os principais objetivos da governança de TI incluem:

- **Alinhamento Estratégico:** garantir que a TI esteja em sintonia com os objetivos e metas da organização. A TI precisa não apenas suportar as operações, mas também habilitar a organização a alcançar seus objetivos estratégicos, como expansão de mercado, inovação e melhoria na experiência do cliente.
- **Entrega de Valor:** assegurar que os investimentos em TI gerem valor para o negócio. A governança promove uma gestão eficaz dos recursos de TI, de modo que os projetos e soluções tecnológicas tenham impacto positivo e mensurável sobre o desempenho organizacional.
- **Gestão de Riscos:** identificar, avaliar e mitigar os riscos associados ao uso de TI. Estes incluem ameaças de segurança cibernética, falhas de sistemas e outros riscos que podem comprometer a continuidade e a integridade dos negócios.
- **Otimização de Recursos:** maximizar o uso de recursos de TI, como pessoal, infraestrutura, tempo e orçamento, garantindo que eles sejam utilizados de forma eficiente e sustentável.

- **Conformidade:** garantir que as operações de TI estejam em conformidade com as regulamentações, normas internas e leis relevantes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente no que tange à segurança e privacidade de dados.

► Diferenciando Governança de TI e Gestão de TI

Embora o termo “governança de TI” seja frequentemente associado à gestão de TI, esses conceitos têm distinções importantes. A governança de TI é uma função de alto nível, responsável por definir diretrizes, políticas e objetivos estratégicos para a área de TI, enquanto a gestão de TI está ligada à execução dessas diretrizes no dia a dia.

Governança de TI envolve decisões estratégicas e de controle, focadas em “fazer as coisas certas” para gerar valor a longo prazo. Gestão de TI, por outro lado, cuida da implementação das diretrizes de governança, ou seja, “fazer certo as coisas”, assegurando que as operações de TI atendam aos padrões de eficiência e eficácia estabelecidos.

Essa distinção é essencial porque, enquanto a gestão de TI se concentra em soluções práticas e operacionais, a governança mantém um foco em metas e riscos de longo prazo, monitorando se as atividades de TI suportam o crescimento organizacional.

► Benefícios da Governança de TI

A implementação de uma estrutura de governança de TI bem definida traz diversos benefícios para as organizações:

- **Melhor Controle e Transparência:** com uma governança clara, a TI torna-se mais transparente e controlada, facilitando a auditoria e a avaliação dos processos.
- **Decisões Baseadas em Dados:** permite que as decisões sejam tomadas com base em indicadores e relatórios confiáveis, o que reduz a subjetividade e melhora a eficiência na alocação de recursos.
- **Aprimoramento da Segurança e Conformidade:** estruturas de governança robustas garantem que as práticas de segurança e proteção de dados estejam em conformidade com regulamentações, ajudando a mitigar riscos cibernéticos.
- **Integração entre TI e Negócio:** promove uma relação mais integrada entre a TI e as demais áreas, reforçando a TI como um parceiro estratégico, não apenas como um suporte técnico.
- **Capacidade de Inovação e Adaptação:** ao estruturar a governança de TI, a organização fica mais preparada para implementar novas tecnologias e responder rapidamente às mudanças do mercado.

► **Contexto Atual e Necessidade de Governança**

Em um ambiente de negócios marcado pela transformação digital, pela necessidade crescente de segurança cibernética e pela importância de regulamentações de proteção de dados, a governança de TI não é mais uma escolha, mas uma necessidade. A tecnologia está no cerne das operações e das interações com clientes, fornecedores e parceiros, tornando essencial a governança que assegure que a TI esteja preparada para enfrentar desafios, promover a inovação e oferecer segurança para todos os envolvidos.

Em resumo, a governança de TI representa a base para uma gestão de TI responsável e alinhada às exigências do mercado e da sociedade. Com uma governança bem estruturada, as organizações podem transformar a área de TI em um elemento vital para a competitividade e a longevidade empresarial, garantindo que a tecnologia atue como um recurso estratégico e seguro.

Na próxima seção, exploraremos os frameworks mais comuns de governança de TI, que são as ferramentas e métodos adotados pelas organizações para estruturar e implementar uma governança eficaz e que atenda às necessidades de controle e alinhamento estratégico.

PRINCIPAIS FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI

Os frameworks de governança de TI são conjuntos estruturados de práticas, normas e diretrizes que auxiliam as organizações na gestão e controle de seus recursos de tecnologia da informação, alinhando-os com os objetivos estratégicos. Esses frameworks oferecem orientações para garantir que a TI atue como um facilitador e gerador de valor, enquanto mantém a conformidade e controla os riscos. Abaixo, destacaremos alguns dos principais frameworks utilizados na governança de TI: COBIT, ITIL, ISO/IEC 38500 e COSO.

► **COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies)**

O COBIT é um dos frameworks de governança de TI mais amplamente adotados. Desenvolvido pelo ISACA (Information Systems Audit and Control Association), ele oferece um modelo abrangente para a governança e o gerenciamento de TI. O COBIT foi projetado para ajudar as organizações a alinhar suas operações de TI com os objetivos estratégicos e maximizar o valor gerado pelos recursos tecnológicos.

Principais características e objetivos do COBIT:

- **Estrutura baseada em processos:** o COBIT define processos que abrangem desde o planejamento estratégico até a entrega e monitoramento dos serviços de TI, permitindo uma visão de ponta a ponta da governança.
- **Controle e avaliação de desempenho:** com indicadores de desempenho (KPIs) e metas claras, o COBIT possibilita a avaliação contínua do desempenho da TI.
- **Foco em conformidade e risco:** o COBIT promove o controle de riscos de TI, incluindo aqueles relacionados à segurança e à privacidade, e apoia a conformidade com regulamentações.
- **Versão mais recente:** o COBIT 2019 é a versão atual do framework e incorpora uma abordagem mais flexível e orientada a processos, sendo ajustável às necessidades

- específicas de diferentes organizações. Além disso, ele integra princípios de outros frameworks e normas, facilitando a interoperabilidade.

► **ITIL (Information Technology Infrastructure Library)**

O ITIL é um framework focado na gestão de serviços de TI (ITSM, do inglês IT Service Management). Ele é utilizado principalmente para melhorar a entrega e o gerenciamento de serviços, promovendo um ambiente mais eficiente e orientado ao cliente. O ITIL não é específico para governança de TI, mas oferece um conjunto de práticas que podem complementar estruturas de governança.

Principais características e objetivos do ITIL:

- **Foco na entrega de valor:** o ITIL tem como objetivo central melhorar o valor dos serviços de TI para o negócio e para os usuários finais, otimizando a experiência do cliente.
- **Gestão de ciclo de vida dos serviços:** estrutura o gerenciamento de serviços em cinco fases ▪ estratégia, desenho, transição, operação e melhoria contínua do serviço.
- **Adoção de práticas de gestão e controle:** o ITIL sugere práticas para gerenciar incidentes, problemas, mudanças e níveis de serviço, promovendo controle e previsibilidade nas operações de TI.
- **Versão mais recente:** o ITIL 4, a última versão, foca na agilidade e integração com métodos modernos, como DevOps, enfatizando uma abordagem colaborativa para adaptação rápida a mudanças nos negócios.

► **ISO/IEC 38500**

A ISO/IEC 38500 é uma norma internacional que estabelece diretrizes para a governança corporativa de TI. Diferente de frameworks como COBIT e ITIL, a ISO/IEC 38500 oferece uma abordagem mais conceitual e menos detalhada em termos de processos. Ela é especialmente útil para direcionar as responsabilidades de governança de TI e fornecer orientações para a alta administração e conselhos de organizações.

Principais características e objetivos da ISO/IEC 38500:

- **Princípios para governança de TI:** a norma apresenta seis princípios ▪ responsabilidade, estratégia, aquisição, desempenho, conformidade e comportamento humano ▪ que ajudam na tomada de decisões estratégicas em TI.
- **Foco na alta gestão:** a ISO/IEC 38500 é voltada para conselhos e executivos, oferecendo um modelo de governança de TI que deve ser seguido para garantir que a TI esteja alinhada aos objetivos da organização.
- **Aplicável a diferentes contextos:** por ser uma norma de alto nível, a ISO/IEC 38500 pode ser adotada em qualquer tipo de organização, independentemente de porte ou setor.

► **COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)**

O COSO é um framework desenvolvido para o controle interno e a gestão de riscos, amplamente utilizado para suportar a governança corporativa. Embora o COSO não tenha sido criado



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!